

MEMÓRIAS DE TRABALHO, HUMILHAÇÃO E RESISTÊNCIAS:

análise de conteúdo dos depoimentos do livro
“*Eu, empregada doméstica*”

Mariana Esteves de Oliveira¹
(UFMS, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.961>

RESUMO: O artigo apresenta uma análise de conteúdo aplicada aos depoimentos de trabalhadoras domésticas ao projeto/livro “*Eu, Empregada Doméstica*”, organizado por Preta Rara em 2019. Os 283 depoimentos do livro foram submetidos ao processo sequencial de pré-análise, aprofundamento da leitura em exercício de categorização relacionado às reincidências e expressões de impacto, relevantes nas narrativas das depoentes e, por fim, provocações de inferências possibilitadas nas interfaces teóricas com a História Social do Trabalho, em abordagens de perspectivas interseccionais. Como resultado, além das categorias comuns aos mundos do trabalho contemporâneo, como salários, jornadas e contratos, os depoimentos deram destaque à exploração infantil e sexual, racismo e traumas, experimentados cotidianamente pelas mulheres que atuam no trabalho doméstico remunerado no Brasil. Para concluir, identificamos e apresentamos, junto à tarefa das considerações finais do texto, as estratégias e expressões do resistir no trabalho doméstico remunerado, porquanto também destoam das manifestações clássicas do trabalho contemporâneo. Como resultado, esperamos que a apresentação dessa pesquisa contribua para desnudar problemáticas relações de trabalho invisibilizadas pelo universo da vida privada, que devem estabelecer parâmetros sobre os imensos desafios éticos políticos e sociais que a sociedade brasileira deve enfrentar para mitigar a tragicidade da persistente desigualdade.

Palavras-chave: Relações de Trabalho. Trabalho Doméstico. Memórias de Trabalho. Exploração. Humilhação.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atua como Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Coordena o Grupo História-CPTL do Programa de Residência Pedagógica, Compõe o Grupo de Pesquisa de Formação de Professores (GFORP) e o INCT Proprietas, que se ocupa com temáticas da história social da propriedade e do bem comum. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9411-3206>. E-mail: mariana.esteves@ufms.br

WORK MEMORIES, HUMILIATION AND RESISTANCE: content analysis of the testimonials of the book "Eu, empregada doméstica"

ABSTRACT: The article presents a content analysis applied to the testimonies of domestic workers to the project/book "Eu, Empregada Doméstica" (I, Domestic Maid), organized by Preta Rara in 2019. The 283 testimonies in the book were submitted to the sequential process of pre-analysis, deepening the reading in an exercise of categorization related to recurrences and expressions of impact, relevant in the narratives of the interviewees and, finally, provocations of inferences made possible in the theoretical interfaces with the Social History of Work, in approaches from intersectional perspectives. As a result, in addition to the categories common to the worlds of contemporary work, such as wages, hours and contracts, the testimonies highlighted child and sexual exploitation, racism and trauma, experienced daily by women who work in paid domestic work in Brazil. To conclude, we identify and present, along with the task of the text's final considerations, the strategies, and expressions of resistance in paid domestic work, as they also clash with the classic manifestations of contemporary work. As a final result, we hope that the presentation of this research will contribute to unveil problematic work relationships made invisible by the universe of private life, which should establish parameters on the immense political and social ethical challenges that Brazilian society must face to mitigate the tragedy of persistent inequality.

Keywords: Work relationships. Housework. Working Memories. Exploration. Humiliation.

MEMORIAS DE TRABAJO, HUMILIACIÓN Y RESISTENCIA: análisis de contenido de los testimonios del libro "Eu, empregada doméstica"

RESUMEN: El artículo presenta un análisis de contenido aplicado a los testimonios de trabajadoras del hogar al proyecto / libro "Eu, Empregada Doméstica" (Yo, Empleada Doméstica), organizado por Preta Rara en 2019. Los 283 testimonios del libro fueron sometidos al proceso secuencial de preanálisis, profundizando la lectura en un ejercicio de categorización relacionado con las recurrencias y expresiones de impacto, relevantes en las narrativas de los entrevistados y, finalmente, provocaciones de inferencias posibilitadas en las interfaces teóricas con la Historia Social del Trabajo, en enfoques desde perspectivas interseccionales. Como resultado, además de las categorías comunes a los mundos del trabajo contemporáneo, como salarios, horas y contratos, los testimonios destacaron la explotación infantil y sexual, el racismo y el trauma, vivido a diario por las mujeres que trabajan en el trabajo doméstico remunerado en Brasil. Para concluir, identificamos y presentamos, junto con la tarea de las consideraciones finales del texto, las estrategias y expresiones de resistencia en el trabajo doméstico remunerado, ya que también chocan con las manifestaciones clásicas del trabajo contemporáneo. Como resultado final, esperamos que la presentación de esta investigación contribuya a develar relaciones de trabajo problemáticas invisibilizadas por el universo de la vida privada, que deben establecer parámetros sobre los inmensos desafíos éticos políticos y sociales que debe enfrentar la sociedad brasileña para mitigar la tragedia. de desigualdad persistente.

Palabras clave: Relaciones laborales. Empleo Doméstico. Recuerdos de Trabajo. Exploración. Humillación.

Introdução

*A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das
cozinhas albeias, debaixo das trouxas, roupagens sujas dos
brancos, pelo caminho empoeirado rumo à favela.*
Conceição Evaristo (Vozes-Mulheres, 2008).

Neste artigo, propomos apresentar uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011) realizada a partir da pesquisa em 283 depoimentos prestados à página virtual intitulada "Eu, Empregada Doméstica", transformada em livro de mesmo nome, em 2019, por sua criadora,

a ex-trabalhadora doméstica, historiadora e *rapper* Joyce Fernandes, também conhecida por Preta-Rara. Tais depoimentos, realizados pelas próprias trabalhadoras domésticas, ou por filhas e netas, foram tomados como fontes da história recente do Brasil, pertinentes ao debate de uma história social do trabalho de abordagem interseccional, por carregarem camadas indissociáveis de exploração e opressão, atravessadas por perspectivas de classe, raça, gênero e geração. As categorias previstas para a análise de conteúdo foram pré-sugeridas com as interfaces teóricas, mas revistas durante o processo da pesquisa, pois temas comuns da história social do trabalho, como jornadas, contratos e salários, apesar de presentes, deram lugar à exploração infantil e sexual, racismo, humilhação e trauma, desvelando um universo de trabalho que, embora pareça remontar aos temas da escravidão, situa-se numa história do tempo presente, com expressões recriadas e renovadas de exploração e resistência.

O trabalho doméstico é um dos nichos de trabalho análogo à escravidão contemporânea. Em dezembro de 2020, o programa semanal Fantástico publicou matéria de grande repercussão, denunciando a história de Madalena Gordiano, mulher negra de 46 anos que, desde os oito, fora submetida a trabalho escravo por duas gerações de uma mesma família em Patos de Minas/MG. A libertação de Madalena, após 38 anos de escravidão, gerou outras investigações e reportagens, e revelaram mais absurdos, como o fato de que seus algozes exploravam também uma pensão que ela recebia, mas não usufruía. A própria pensão resultava de um casamento imposto à Madalena (ou forjado também em detrimento de sua vontade). Trabalhando desde criança, Madalena não recebia salário, foi impedida de estudar, não tinha folgas, tampouco férias, ou mesmo liberdade de transitar. Apesar do pouco letramento, as investigações foram mobilizadas após Madalena enviar bilhetes aos vizinhos, pedindo ajuda para comprar itens básicos de higiene, como sabonete.

A história causou comoção social, mas o fato de Madalena ser uma mulher negra que, quando criança, foi retirada da sua própria infância para o trabalho doméstico precário, sob promessas de condições de estudo, não pode ser considerado inédito ou raro, mesmo que isso tenha se dado no final do século XX e início do XXI. Madalena e outras trabalhadoras domésticas viveram situações que, como salientamos, embora nos remeta à história do Brasil escravista, ocorrem no Brasil contemporâneo. Há processos históricos imbricados nas suas trajetórias e desnudar estas historicidades não significa conectar automaticamente o passado escravocrata e o presente experimentado por estas mulheres, mas apreender as nuances das rupturas, linhas de continuidades e recriações das formas de explorar e resistir que atravessam o tempo e seus sujeitos com formas diferentes num campo de trabalho cujas particularidades revelam relações sociais duradouras e características das elites patronais do tempo presente.

A partir de uma busca rápida por reportagens e relatórios do gênero “trabalho escravo contemporâneo e infantil”, é possível supor que as histórias de vida de trabalhadoras domésticas revelam origens semelhantes com as de Madalena, como o ingresso na infância, residindo com patrões muitas vezes em troca de comida e teto, para estudar “na cidade” e ajudar suas próprias famílias, seja enviando algum ganho eventual, seja retirando-lhes o peso de uma boca a mais na mesa.

Reportagens sobre o tema permitem constatar que existem e/ou permanecem ainda recorrentes práticas como de buscar “meninas de criação” para morar e trabalhar em troca

da oportunidade de escolarização, como também revela a dissertação de mestrado de Carla Cerrão Silva, intitulada "Trabalho infantil doméstico: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís", defendida em 2009. Isto seria, portanto, um processo minimamente conhecido em nossa realidade. Todavia, a própria repercussão das reportagens sobre Madalena é um dado importante, porque embora seja crucial denunciar e se indignar com as condições em que ela fora submetida, sugere um não-reconhecimento do fenômeno como algo do tempo presente, como cenário mais comum do que extraordinário nas histórias de mulheres pobres, em grande maioria, negras. Ou ainda, de que trabalhadoras domésticas em condições análogas à escravidão expressem um rescaldo do sistema escravista como um evento linear em direção ao fim inexorável porquanto não se sustenta mais juridicamente. Não são visíveis nem as experiências dessas mulheres, tampouco a dimensão desse trabalho como fator de acumulação do capital em tempos cíclicos de crises, que retornam e persistem sem anunciarem um fim.

É certo que muitos detalhes do episódio de Madalena são excepcionais, como o longo tempo que perdurou a escravidão de Madalena, as tramas que a envolveram num casamento forjado, mas as teias que a enredaram no trabalho análogo à escravidão parecem ainda bastante presentes na sociedade e precisam ser sistematicamente descortinadas para que a indignação resultante do caso Madalena não seja eventual e passageira. Afinal, em que bases e condições se dá o trabalho doméstico profissional no Brasil? Tais condições se relacionam com o cenário de trabalho análogo à escravidão ou o caso Madalena foge diametralmente dos horizontes experimentados pelas trabalhadoras domésticas? Para compreender essas questões, buscamos fontes em que fosse possível escutar o maior número de trabalhadoras domésticas sobre suas experiências face às condições de vida e trabalho, e fizemos a leitura dos relatos resultantes do projeto virtual de Joyce Fernandes, conhecida também como Preta-Rara, intitulado "*Eu, empregada doméstica*" (PRETA-RARA, 2019).

Inicialmente, apresentamos a obra, resultante da reunião dos relatos, como potencial fonte à história social do trabalho no Brasil, e dispomos, em texto corrente, as primeiras análises categorizadas em elementos comuns às narrativas das trabalhadoras domésticas a partir dos depoimentos que elas realizaram para a referida página virtual em rede social. Todavia, não usamos diretamente a página virtual, pois os relatos foram compilados do livro (PRETA-RARA, 2019). Para tanto, lançaremos mão da análise de conteúdo sugerida na obra de Lawrence Bardin, definida como: "análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (BARDIN, 2004, p. 41).

A análise de conteúdo implica em três fases, iniciando por uma pré-análise com leitura flutuante, passando à exploração do material, categorização ou codificação, esta geralmente por meio da tabulação em torno de temas e sentidos que reincidem ou impactam na investigação, e culminando no tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Tal processo permitirá destacar elementos e categorias provocadas pela pesquisadora e particulares, que emergem das memórias revelando enunciados recorrentes que nos permitem entrever as formas de exploração contemporânea do trabalho doméstico. Provocaremos também um aprofundamento de sentidos no destaque de três depoimentos que consideramos especialmente reveladores, em diálogo com

categorias como “trabalho infantil”, exploração nas formas de “humilhação” e “trauma”. Por fim, vamos considerar as formas de resistências presentes nas narrativas contidas no livro, compreendendo que nem os contornos da exploração e nem os da resistência dessas mulheres são os mesmos de nosso passado escravista, como tampouco são comuns ao conjunto geral das formas de exploração e resistência da classe trabalhadora “clássica”, mais visitada pela historiografia social do trabalho.

Texto, contextos e narrativas que desvelam outras formas de exploração

O projeto e o livro de Preta-Rara se explicam e se destacam por seu protagonismo. Interessante observar que, no projeto virtual, a ativista usava o slogan “nossa voz ecoa”, o que remete aos sentidos de nossa epígrafe de Conceição Evaristo (2008), com parte da poesia “Vozes-Mulheres” e nos informa sobre possíveis intencionalidades presentes na proposta de partilha testemunhal. Neta e filha de trabalhadoras domésticas, ela também atuou na profissão até 2009, quando ingressou no Curso de História da Universidade Católica de Santos. Além de professora de História, Preta-Rara também é hoje *rapper* e, em 2016, ao rememorar sua trajetória diante da realização dos sonhos alcançados, lembrou-se de uma frase que lhe fora dirigida nos tempos de trabalho doméstico, postou nas redes sociais e pediu que quem tivesse relatos como aquele, que também postassem usando a hashtag #euempregadadomestica. A repercussão foi surpreendente, rendendo-lhe 10 mil curtidas e 5 mil compartilhamentos no primeiro dia. Ela montou uma página na rede social para reunir os relatos e, três anos depois, eles também foram publicados no formato de livro, com 283 depoimentos em 209 páginas, e com o título *“Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”* (PRETA-RARA, 2019). O protagonismo se destaca tanto porque Joyce Fernandes partiu de suas próprias vivências de trabalho, como também pela possibilidade de compreendermos seu projeto/livro como uma reunião de centenas de coautorias, de mulheres que resolveram lembrar e registrar experiências de exploração e resistências.

No livro, os relatos foram transcritos da forma como foram obtidos e não são analisados ou esmiuçados, uma vez que o objetivo do projeto era de curadoria, de reunir memórias de trabalhadoras domésticas acerca de situações experimentadas no trabalho. Há somente os textos das postagens, sem comentários que eventualmente as postagens/relatos receberam. Os depoimentos são, assim como na página, anônimos, já que a autora os recebia por canais diversos, e-mails ou mensagens, e alocava na página com este compromisso.

Sem que a identificação fosse uma preocupação maior da parte de quem os lê, os relatos acabam por evidenciar pistas que permitem identificar perspectivas secundárias de suas autorias do ponto de vista narrativo subjetivo, assim, observamos que, dos 283 depoimentos, 105 eram de trabalhadoras domésticas relatando suas próprias situações no trabalho, 113 eram de filhas (os) de trabalhadoras, 14 eram de netas (os), 35 vínculos diversos (vizinhas, colegas, conhecidas) e 15 tinham posição patronal. Estes últimos têm em comum o fato de não versarem sobre exploração.

No livro, as discussões teóricas são breves e estão circunscritas ao prefácio de Tainá Aparecida Silva Santos, articuladora política sobre assuntos educacionais do Mandata Quilombo, de Érica Malunguinho (deputada estadual de São Paulo 2019-2022), e mestra em História Social pela Unicamp. Ela relaciona os depoimentos aos referenciais históricos e sociais das obras de Abdias Nascimento e Maria Beatriz Nascimento, e apresenta os dados acerca do trabalho doméstico no Brasil que demonstram ser esta uma atividade realizada majoritariamente por mulheres pobres, de baixa escolaridade, e negras. Os elementos pré-textuais também contêm apresentações da própria autora, somada aos relatos de sua avó e de sua mãe, ambas trabalhadoras domésticas, perfazendo uma preparação narrativa que possibilita inferir sobre a dimensão geracional desta ocupação e sobre a existência de uma comunidade de pessoas que compartilha experiências e memórias também como expressão do resistir.

Nosso olhar, proposto aqui para a discussão que ora apresentamos, não pretende submeter estas narrativas a encaixes teóricos estranhos às suas próprias percepções e interfaces. Reconhecemos que a História Social do Trabalho há muito deixou de se preocupar apenas com o operário urbano fabril, ampliando seus objetos e abordagens aos sujeitos plurais em referência ao trabalho ou à classe que dele vive. A centralidade do trabalho, reivindicada pela historiografia a que nos referimos, deve partir da própria fonte aqui apresentada: relatos reunidos a partir de experiências vividas no âmbito do trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo, em um exercício de escuta atenta a recorrências e situações de singularidades.

Além de categorias caras à História Social do Trabalho, resta dizer que, do ponto de vista teórico, nenhum outro tema é tão exigente quanto a uma abordagem interseccional quanto o trabalho doméstico. Uma expressão que nos permite compreender a noção entrelaçada de interseccionalidade está na obra de Grada Kilomba (2019). Em Memórias da Plantação, a autora rememora situações exemplares que desvelam essa noção interseccional não de forma teórica, estanque à realidade, mas inerente a determinados fenômenos sociais. Um caso exemplar exposto por ela é a lembrança de ir ao médico, quando tinha entre 12 e 13 anos, e sem maiores delongas, foi por ele questionada da seguinte forma: “você gostaria de limpar nossa casa?” (p. 93). Para Kilomba, apenas pela presença de três condições – ser menina, ser pobre, ser negra – a pergunta poderia ser feita a ela de forma imediata e naturalizada pelo interlocutor. Ela supõe que na ausência de um desses três elementos, a pergunta provavelmente não seria feita, especialmente sem uma investigação contextual por parte de quem perguntou. Há relatos parecidos no livro de Preta Rara, de onde se pode compreender que meninas negras e pobres são vistas como sujeitos naturais ao trabalho doméstico, como também já apontava Nilma Lino Gomes (1996) antes de adentrarmos ao século XXI, o que provavelmente desestimula sistematicamente sua presença em ambientes outros, como escolares, acadêmicos, gerenciais.

Nossa discussão pretende, portanto, partir dos testemunhos de autoria dos sujeitos centrais do trabalho doméstico no Brasil contemporâneo para contribuir com os debates da historiografia do trabalho em perspectiva interseccional. Ao analisar a produção intelectual de onde emerge o paradigma da interseccionalidade, Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel alertam que:

As diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento das assimetrias nas trajetórias das pessoas, colocando mulheres (e mesmo a população negra, mas em menor medida, pois a

sobreposição entre classe e raça é bem maior) em posições diversas, por vezes até contraditórias entre si. E a compreensão de como gênero (e também raça) impacta as relações de produção é crucial para avançar na análise da sociedade capitalista, formando toda uma agenda de pesquisa cuja relevância é inegável, mas que permanece sub-explorada (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 49).

Na esteira destas dimensões entrelaçadas, algumas categorias se destacaram nos relatos, dentre as quais: 1) as origens sociais e interfaces de reprodução familiar/geracional, 2) a idade média em que as mulheres narradoras adentraram ao trabalho doméstico remunerado, 3) as formas de exploração que mais marcaram estas trabalhadoras, 4) as recorrências de casos em que os relatos sugerem situações de trabalho escravo ou análogo à escravidão e 5) as consequências marcantes nas suas memórias de vida. Estas dimensões compõem uma primeira análise, mas também registramos as formas pelas quais as mulheres relatam ter saído de situações de exploração ou superado as condições degradantes de trabalho e separamos esta dimensão para a continuidade do debate, ao final do texto.

No que concerne às origens de lugares e sociais, das mulheres que apontaram em seus relatos, podemos perceber em comum que muitas delas são naturais de cidades do interior ou de zonas rurais, migrando para cidades maiores e capitais onde exerceram ou exercem o trabalho doméstico remunerado, situação que as colocam como moradoras, em muitas vezes, dos lugares onde trabalham. Ainda sobre suas origens, em interface social, destaca-se que 24 trabalhadoras domésticas apontaram ser filhas e/ou netas de mulheres que também exercem ou exerceram a profissão. Este número não deve ser pensado aqui como estatístico, porque os relatos não seguiam um roteiro com necessidade de apontar esta ou outra dimensão por nós destacada. Assim, no depoimento livre, é possível depreender que há uma recorrência considerável de menções espontâneas que aportam o trabalho doméstico no Brasil como uma profissão geracional, herdada de mães para filhas.

Embora menos recorrente, um fator de destaque quando se analisa as origens ou relações familiares mencionadas pelas trabalhadoras, além da perspectiva geracional, é a existência do trabalho doméstico remunerado, mas muito precário, realizado dentro das redes familiares (netas para avós, sobrinhas para tias ou madrinhas). Nessa dimensão, oito mulheres rememoraram ter trabalhado em casa de pessoas da própria família e destacaram a precariedade e a exploração como elemento comum. Um relato exemplar é: “minha mãe foi empregada doméstica na casa da minha tia, irmã dela, que teve a sorte de casar-se com um homem bem de vida. Para dá um futuro diferente do dela a mim e minha irmã, passou pelas piores humilhações que um ser humano poderia vivenciar”. (p. 71)

As depoentes do projeto/livro, como dissemos, não seguiram um roteiro, então não é possível afirmar a média de idade que adentraram ao trabalho doméstico remunerado para o conjunto do universo empírico total. Mas dentre os 283 depoimentos, 47 mencionaram esse dado e ainda é um número bastante expressivo de trabalhadoras. Considerando as idades apontadas por estas pessoas, chegamos a uma média de 11,3 anos de idade, isto é, a média de idade de início para o trabalho doméstico remunerado entre as mulheres que mencionaram é menos de 12 anos. Trata-se de trabalho infantil.

Esse não é um tema de rememoração de passado longínquo ou superado, em 2008 o Brasil reconheceu o problema do trabalho doméstico infantil e estabeleceu formas de combatê-lo, por meio do Decreto Nº 6.481, que regulamenta artigo da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das piores formas de

trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, anteriormente aprovada pelo Decreto Legislativo 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597 (BRASIL, 2008). Relatório baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI (2013), também é transparente no que concerne à permanência da realidade do trabalho doméstico infantil remunerado e precário no Brasil, apontando dados e interfaces regionais, de classe, escolarização, gênero e raça que traduzem em estatísticas as narrativas dolorosas expostas por Preta Rara e as depoentes de seu projeto/livro. Na obra, há memórias que remetem à prática de aliciamento de crianças pobres e um relato mais explícito de uma depoente que não era trabalhadora doméstica e conhecia, na própria família, uma senhora que buscava, com ajuda de intermediárias especializadas, “adolescentes de família humildes que vivessem no interior e normalmente semianalfabetas” e as empregava sem direito a folgas e carteira assinada (p. 145).

Sobre suas jornadas de trabalho, muitas delas relatam que este é um trabalho com hora para entrar, mas sem hora para sair, e a situação é pior para aquelas que pernoitam ou moram em seus empregos, em narrativas comuns sobre a quebra das fronteiras entre tempo de trabalho e de vida. Há relatos em que as mulheres mencionam ter apenas um dia de folga por mês, embora a maioria, ao sugerir jornadas, relatam um dia de folga semanal. A jornada, além de estendida, é intensificada pelo acúmulo de funções. Nos depoimentos é perceptível que as mulheres têm consciência de que este acúmulo não é correto, e muitas lembram que foram contratadas para serem babás, mas, com o tempo, acabaram exercendo também serviços de organização, limpeza, cozinha, pelo mesmo salário inicial.

Os salários raramente aparecem de forma explícita nos depoimentos, mas é possível depreender dos textos que esta é uma profissão mal remunerada, pois algumas mulheres afirmam que só aceitaram as condições porque estavam passando por situações econômicas muito difíceis. O trabalho doméstico remunerado é uma ocupação tradicionalmente desvalorizada e desregulamentada, um arremedo do trabalho doméstico não remunerado. De modo geral, historicamente, as mulheres o realizam gratuitamente como atribuição de reprodução da ordem capitalista e patriarcal. Segundo Silvia Federici, de forma estrutural, no advento do capitalismo:

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta (FEDERICI, 2018, p. 43).

Apesar de tratar-se do trabalho doméstico não remunerado, de sua desvalorização como um dos pilares da reprodução do capital, pode-se depreender que seria ainda, e por consequência, desvalorizado na sua dimensão assalariada. A autora aborda isso adiante na mesma obra, ao afirmar, sobre a existência de trabalhadoras domésticas remuneradas, que “essa solução é problemática, pois cria entre as mulheres uma relação de ‘criadas-madames’, que se complexifica ainda mais pelos preconceitos que envolvem o trabalho doméstico: o pressuposto de que não é um trabalho real e que deve ser remunerado com o menor valor possível”. (FEDERICI, 2018, p. 154)

Se as jornadas e salários são categorias que servem para compreendermos relações de exploração em muitas profissões no capitalismo, no trabalho doméstico, realizado em espaços privados, no interior dos domicílios, em suas interfaces com o racismo, o machismo e a desigualdade fundante de nossa sociedade, as expressões de exploração ganham nuances muito particulares, sobre as quais precisamos dar destaque. Após a leitura dos 283 relatos, encontramos um termo comum que atravessa toda a obra: a humilhação. As narrativas das mulheres manifestaram consciência de que suas experiências eram impactantes e o uso do termo humilhação foi o recurso mais adotado.

As formas de humilhação mais comuns são: acusações de roubo e situações relativas à privação de alimentação. Ao menos 30 relatos abordam acusações de roubo. Os desfechos são comuns entre as narrativas, os patrões e patroas encontram o objeto que afirmam ter sido roubado e raramente pedem desculpas pela acusação. Aliás, não são raros também os relatos que apontam a prática de contratantes fazerem armadilhas de furto para certificar honestidade das trabalhadoras, como deixarem uma soma de dinheiro sob um tapete no primeiro dia de trabalho da contratada, a exemplo do primeiro relato do livro (p. 31), ou sobre a piada reiteradamente lançada por uma patroa às suas amigas para “não esquecerem a bolsa na sala para as empregadas não roubarem” (p. 153).

A forma mais recorrente de humilhação toca no acesso à comida. Ao menos 80 mulheres apontaram que sofreram privação alimentar somada a algum tipo de humilhação sobre o isso, como “ter que comer os restos” ou “receber comida podre ou mofada” ou ser impedida de comer algo que estava sendo servido. É importante retomarmos aqui o fato de que parte considerável das trabalhadoras que narraram suas experiências mencionaram o ingresso nos empregos ainda crianças. Há relatos muito marcantes nesse sentido, sobre como essas crianças trabalhadoras rememoram a privação ao alimento ou as condições em que o acesso à comida se dava. Uma narradora conta que, aos treze anos, trabalhava de babá num apartamento de luxo com ar-condicionado central, mas “mesmo assim meu chuveiro era frio e no meu quatinho não podia nem ligar o ventilador. Só podia comer carnes que sobravam do prato deles” (p. 133).

Em interface de gênero, as abordagens mais comuns são os assédios (insinuações, olhares enviesados, piadas sexuais), muitas vezes relacionadas pelas narradoras como formas de humilhações, e destacamos que o número de relatos que afirmam experiências passíveis de serem compreendidas como violências sexuais são, no mínimo, 32 ocorrências, dentre as quais tentativas e/ou estupros, além de crianças expostas à pornografia. Para trabalhadoras que residem nas casas onde trabalham, é possível inferir que experimentam situações perenes de tensão, sendo observadas e atacadas durante a noite.

No relato da página 87, uma trabalhadora lembra que precisava fazer periodicamente o teste de HIV por exigência da família para a qual trabalhava, sob a justificativa que as mulheres “faveladas” tinham uma vida promíscua e por isso poderiam trazer doenças para a família. Mas a trabalhadora atesta que esta não havia sido a pior humilhação, pois ela era constantemente assediada pelo filho dos patrões, e relatou que numa ocasião, o rapaz:

Passou a mão por todo o meu corpo, manteve contato oral com meus seios, enquanto eu o empurrava, eu ameaçava o ameaçava gritar pedindo socorro, e ele me disse que se eu fizesse isso iria me matar. Disse bem assim “Eu mato você. Minha mãe tem dinheiro e nem pra cadeia eu vou, se eu sumir com algo da casa e dizer que foi você, você apodrece lá. Tem certeza que quer ir contra a palavra de um branco? Eles irão acreditar em quem?” (p. 77).

O relato demonstra como as vivências dessas mulheres estão atravessadas pelas violências machista e racista que estruturam a sociedade brasileira em pilares profundos e remotos do ponto de vista histórico, mas renovados para os contextos da exploração do trabalho doméstico, exigindo que reconheçamos camadas sobrepostas de opressão no interior da exploração do trabalho em diálogo com as questões raciais e de gênero que perfazem a sociedade contemporânea. Todas essas camadas se fazem presentes nos relatos da obra e enlaçam as subordinações de classe, raça e gênero nas suas faces perversas. O racismo está presente em inúmeros relatos de forma explícita, em expressões que lhes endereçavam vinculando a negritude dessas mulheres à sujeira, falta de higiene, desleixo e lascívia. Até quando a trabalhadora/narradora era branca foi possível contrastar a interface racista do trabalho doméstico, pois mais de uma mulher mencionou que patrões e patroas as elogiavam “por serem brancas”.

Ainda no que toca às formas de exploração, destacam-se os relatos que nos permitem inferir condições análogas à escravidão contemporânea no trabalho doméstico, ou seja, que permitem observar situações de privação de liberdade ou de direitos sociais, do trabalho e de cidadania, infringidas a trabalhadoras domésticas, especialmente nos relatos onde rememoram seus trabalhos nas infâncias em troca de moradia na cidade, “um prato de comida” ou “um saco de roupas velhas”. Invisibilizadas nas suas ocorrências individuais e dispersas, quando reunidas aqui, na forma de conjunto de narrativas que revelam ao menos 18 situações a relatar trabalho não remunerado ou períodos de cárceres, pode-se depreender que o trabalho doméstico na casa de terceiros é um nicho de trabalho análogo à escravidão.

Sobre isso, é preciso destacar que não podemos compreender o conceito de trabalho escravo contemporâneo como resquício automático do passado, considerando-o uma espécie de rescaldo ainda em transição. O trabalho análogo à escravidão não é um processo linear e gradual pois, ao contrário de diminuir e findar após mais de um século de encerramento formal no país, aumentou nos finais do século XX, a partir de renovadas formas de violência e coerção físicas ou simbólicas (GOMES, NETO, 2018). Assim, embora o foco das autoras esteja nas experiências de trabalhadores rurais, elas alertam para que tais situações não estão em vias de desaparecer com o passar do tempo, mas se recriam, e que a escolha dos termos “escravos” e “escravidão” se deve ao necessário destaque a ser dado, às últimas décadas do século XX, ao novo “boom de superexploração do trabalho, que voltou a ser definido – pela força simbólica do vocabulário – como trabalho escravo” (GOMES, NETO, 2018, p. 13). A denúncia do caso de Madalena, uma história que teve início no fim do século XX e perdurou até a segunda década do XXI, apontada em nossa introdução, materializa essa relação para o trabalho doméstico, assim como parte do conjunto de relatos do livro que ora apresentamos como fonte.

Como resultado, nas memórias e vidas das trabalhadoras, observamos algo também revelador que se destaca pela visão de conjunto, isto é, ganha força por não se tratar de uma consequência que, embora manifestada como individual, não está isolada, não é uma exceção do campo das subjetividades. Trata-se da dimensão do trauma. Muitas mulheres relataram desenvolver medo, ansiedade e depressão, mas o termo mais comum quando remontam à memorização de experiências difíceis enfrentadas nas suas histórias de trabalho é trauma. Seja de uma comida que fora sistematicamente negada, de uma data festiva em que eram obrigadas a trabalhar, o trauma aparece sempre em relação às humilhações e assédios, a exemplo da ex-trabalhadora doméstica que relatou que “até

recentemente eu só conseguia tomar banho se cobrisse o vidro com uma toalha, pendurando uma roupa na fechadura, para me assegurar que ninguém estaria me olhando” (p. 170). A linha do racismo pode ser apontada como o *continuum* histórico que hospeda, como fio condutor, o trauma profundo de humilhações impostas às mulheres negras no trabalho doméstico, outrora como mucamas e amas de leite. Grada Kilomba (2019) reivindica a importante contribuição de Franz Fanon para retomar o debate que relaciona o racismo ao trauma. Esta autora afirma que

Fanon utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas Negras quando falam sobre experiências cotidianas de racismo, indicando um doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter. Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada enquanto branca (KILOMBA, 2019, p. 40).

Podemos compreender que o trauma é uma resposta de dor recriada e revivida na estrutura racista emergente dos contextos coloniais/escravistas, anteriores e, mesmo que homens e mulheres não tenham vivido na pele a escravidão negra, uma vez que esse sistema findou formalmente em 1888, elementos dele decorrentes, embora adaptados e recriados para seu tempo, fazem com que os sujeitos revivam reiteradamente situações traumáticas e as incorporem nas suas subjetividades como algo insistente, porque experimentados também em seus próprios corpos.

Ou seja, as trabalhadoras aqui analisadas atestam a existência do trauma que, do ponto de vista consciente, da sua própria linguagem, resulta de algo doloroso vivido/infringido no tempo presente ou nas suas experiências passíveis de memorização, mas que, se analisados com a sensibilidade histórica concernente aos passados comuns, de suas coletividades, também aciona e se relaciona com dores de outrora, vividas por seus e suas ancestrais, pela linha não descontinuada do racismo estrutural e psíquico que contribuiu para forjar uma sociedade contemporânea desigual, racista e sexista, pois a sociedade adapta e atualiza suas formas de opressão em uso dos mesmos marcadores quando não realiza as rupturas radicais.

As relações passado-presente são muito mais complexas para o historiador e para a historiadora, porque não são lineares e automáticas, mas o caminho para começarmos a compreender estas complexidades se apresenta com alternativas aparentemente simples, embora recentes, inovadoras, como ouvir os próprios sujeitos, uma história contada pelos de baixo, pois além de serem alçados a protagonistas, precisam ser ouvidos/lidos como autores das narrativas que dão sentido a esse mundo a ser desnudado. Por isso, um livro organizado por uma ex-trabalhadora doméstica com 283 depoimentos referentes às experiências de trabalho a partir dessas mulheres deve ser reconhecido como importante fonte e instrumento para o entendimento dos problemas que atravessa o trabalho doméstico no Brasil deslindando as violências impostas a elas, bem como desnudando as faces sistematicamente perversas das classes médias e altas do nosso país, em uma perspectiva narrativa diversa de sua “história da vida privada” e dos mundos do trabalho como conhecemos.

Assim, muitos relatos abordam situações de exploração e humilhação, violências raciais e sexuais, uma vez que esta era a base da proposta da autora ao provocar tais memórias nos depoimentos, a partir de sua experiência. Sozinhos, eles impactam, e

somados ou relacionados, eles devem ser compreendidos como um cabedal de conhecimentos sobre esse campo, do trabalho doméstico remunerado no Brasil, e sobre práticas patronais que se recriam sem, todavia, se renovarem ou romperem com expressões coloniais de exploração do trabalho que permite a reprodução e acumulação de capital.

Além de destacar essa visão de conjunto, escolhemos expor abaixo três depoimentos em que as categorias debatidas acima se entrecruzam, para demonstrar a complexidade do amálgama das interfaces particulares que rondam as memórias das trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo. Como se pode observar no primeiro relato selecionado, as categorias se atravessam:

Minha mãe de origem muito humilde começou a trabalhar como babá e empregada doméstica aos 12 anos de idade. Minha avó foi abandonada pelo marido, tinha 5 filhos e nenhuma formação. Por necessidade, precisava encontrar emprego para que a filha mais velha, no caso minha mãe, ajudasse a sustentar a família. Na primeira casa em que trabalhou e viveu, os patrões não ofereceram-na um quarto, uma cama ou qualquer dignidade. Deram-na um tapete no chão para dormir. Como minha mãe não podia perder aquele emprego, aceitou a oferta. Trabalhou meses nessa casa, até que a minha avó humilhada e enfurecida pelo desrespeito tirou-a de lá. Na segunda casa em que trabalhou, todos os dias os patrões comiam com fartura: queijo, presunto, suco de laranja, café. Mas não a empregadinha. A empregada, que cuidava da filha deles com amor e dedicação, que servia a mesa e tornava o ambiente mais confortável a todos, podia comer apenas café com pão dormido. Um dia, após a patroa sair, minha mãe encheu o copo com bastante queijo para matar a vontade de todos os dias. A patroa voltou e despediu minha mãe por não respeitar a comida dos outros. (...) Patroa: você roubou os dois relógios da minha filha, um não faço questão, mas o outro custou 7.000 reais e quero ele de volta. Ah, não precisa, já achei os dois estavam aqui no guarda-roupa. Se quer me pediu desculpas por me acusar. (p. 81)

Observamos a idade precoce de início da vida profissional, a condição de origem e de pobreza forçando aceitar as condições precárias, a questão da comida como uma memória dolorosa e a acusação de roubo como meio de humilhação no relato acima, mas não somente nele, muitos outros mesclam esses elementos. Observe o que segue:

Primeira casa como empregada doméstica, eu tinha quase doze anos, tinha que dormir lá. Casal e um filho solteiro de dezoito anos. As regras foram colocadas já no primeiro dia: você não senta na mesma mesa que a família, sua comida é a que sobrou de ontem e a que sobrar de hoje, você não pode comer, deve guardar pra comer amanhã (e se não sobresse? Faça sobrar!) Não como antes da família, lembre-se, você não é a minha filha, é a empregada da família. No café da manhã você pode comer o pão de ontem, leite com café. O achocolatado (na época o toddy) é do meu filho e ele não gosta que mexam. Só vá dormir depois da família, pode ser que precisemos de você. Fique na saleta ao lado até acabar a novela (essa é uma das partes de maior sofrimento, mesmo que eu estivesse cochilando na mesa ao lado, só me liberava depois que o marido se recolhia). Acorde as 5:00 h e vá à padaria (sozinha, numa rua escura, num bairro nobre, onde na época a construção de edifícios estava em alta, eram 4,5 ou mais num mesmo quarteirão, Deus me protegeu! Na fila do pão, raramente um ser pelo qual eu pudesse sentir segurança, só havia homens e eu ficava nessa fila por longos minutos e voltava no mesmo breu e rua deserta). Você amassa o pão de queijo e assa, e eu já contei e se faltar um eu vou saber (eu tinha direito a comer um, aquele que ela escolhia, e se ficassem velhos demais, pq ninguém comeu, iam para o lixo, ela ficava ao lado para certificar que eu não roubaria nenhum. (p. 142-143)

No relato acima, a memória da depoente é uma narrativa que mescla a fala da patroa com suas percepções, o que implica que façamos a sua leitura abstraíndo-a como um diálogo. Nele, também se inscrevem as questões da idade, das situações de privação de comida que estava sendo servida, da superexploração das jornadas de trabalhadoras que dormem nas casas onde trabalham e do ato de roubar, atribuído às trabalhadoras

domésticas como possibilidade perene. Tais situações reaparecem no terceiro relato, também amalgamadas à memória da depoente:

Sou de um município muito pobre no interior do RJ, e aos 4 anos fui tirada de casa por uma família que prometeu aos meus pais que eu iria estudar, fazer pequenos serviços como tomar conta de outra criança. Aí começou o meu pesadelo, eu trabalhava igual condenada mesmo sendo apenas uma criança arrumava a casa inteira subia no banco pra lavar louça, era abusada pelo homem da casa que me fazia ver revistas pornô enquanto abusavam de mim, meus talheres eram separados e ficavam embaixo da pia, e não tinha salário, recebia apenas restos de comida e roupa velha. Tenho uma marca na testa porque um dia fui fritar um ovo e sem querer quebrei a gema e jogaram o ovo na minha cara. Dessa forma perdi anos importantes de estudo que jamais vou recuperar. Demorou muito tempo pra eu perceber que aquilo não era normal, pois eu era apenas uma criança negra e pobre que aprendeu que não poderia ser nada na vida e fui crescendo vendo outras pessoas como eu nas casas passando pela mesma coisa. Eu lavava cueca com fezes, gritavam comigo na frente dos outros, minha comida era sempre o resto que sobrava do que eles comiam. Eu tenho um apelo às mães não deixem seus filhos nas mãos dessas pessoas, não existe serviço doméstico sem abuso e sem humilhação. Ah se eu pudesse voltar no tempo e mudar a minha história. Estou escrevendo esse relato chorando bastante, porque eu lembro de cada abuso, de cada humilhação e isso dói demais. (p. 154-155)

Este último relato é chocante na referência à pouca idade com que a trabalhadora foi submetida ao trabalho doméstico na casa de terceiros, mas não só, pois nas camadas de exploração e opressão presentes na narrativa, de aliciamento, escravidão, a abuso sexual e violências físicas diversas, o depoimento expressa uma experiência inteira violenta, dolorosa e coletiva, porque entendida como infringida a um grupo de pessoas. O apelo da narradora desvenda a consciência que percebeu que “aquilo não era normal” e que não quer isso para outras crianças. Nesse sentido, o projeto/livro apareceu como um espaço do falar com elas, de comunicar e pensar juntas sobre o trauma e, no ato de lembrar e relatar, produzir uma ação de salvamento, de proteção, uma resistência. Sobre o resistir, consideramos essa uma categoria de ação/análise que merece destaque para concluir nosso debate proposto aqui e seguimos nas suas trilhas, a partir da tessitura narrativa e coletiva que o livro proporciona.

Para não dizer que não falei das flores: concluindo com as resistências

Mesmo diante da necessidade, que muitas vezes justifica a subordinação a algum tipo de situação entendida como humilhante, as trabalhadoras domésticas resistem. Os relatos sugerem majoritariamente uma resistência cotidiana individual expressa, em primeiro lugar, na forma de um protagonismo sobre os fatos que lhes sucedem, uma margem possível de ação individual que revela sua decisão e agência e que, na maioria das vezes se materializa no ato de “não voltar mais”, não aceitar. É uma expressão de liberdade.

Assim, muitas trabalhadoras relataram que após uma situação dolorosa ou constrangedora, deixaram de aceitar um emprego, pediram demissão ou simplesmente não voltaram nem pra receber os dias trabalhados, como sugere uma trabalhadora cuja patroa pediu para que usasse talheres separados: “menina, fiquei tão indignada com aquela mulher que quando ela terminou de falar eu peguei a minha bolsa e fui saindo, e falando para ela ‘perai ninguém me falou que tinha gente com doença contagiosa’” (p. 106). Embora individual, tal recurso expressa protagonismo, demanda coragem, decisão, atitude, risco e ação por parte delas. Em segundo lugar, com menor incidência, outra perspectiva

de resistência se expressa pela via judicial, pois oito trabalhadoras mencionaram, sem muitos detalhes, terem processado os patrões.

Mas o protagonismo é acompanhado, em muitos relatos, pelas expectativas de superação sobre as situações e as entendemos como uma alternativa e dimensão do resistir. Superação pelo estudo é o horizonte mais descrito. Fazer faculdade/universidade, tornar-se professora, advogada, assistente social, jornalista e médica, aparecem como formas de superação geracional ou individual. Passar no vestibular faz com que alguns relatos pareçam o enredo do filme "Que Horas Ela Volta" (2015), dirigido por Anna Muylaert, com um roteiro centrado na história de uma trabalhadora doméstica superficialmente tratada como "da família", mas cuja chegada da filha, e sua entrada na universidade, expõem a luta de classes e as delicadas relações privadas do trabalho doméstico remunerado. A entrada na universidade é abordada no filme, e nos relatos da obra de Preta-Rara, como o triunfo da superação.

No livro, entre os depoimentos, não há menção de resistência coletiva clássica, como sindicato, a não ser no prefácio da autora, que reivindica às memórias de Laudelina de Melo e Cleide Pinto. Tal dado não desmerece a luta associativista das trabalhadoras domésticas no Brasil, cuja história reconhece a premissa da dificuldade de mobilização coletiva de mulheres dispersas pelo mundo privado do nicho empregador. É preciso salientar, sem temer desviar o foco da análise, que as lutas que precedem as resistências cotidianas e protagonismos são atravessadas pela tradição da luta de organização de movimentos populares e sindicatos que reuniram também as trabalhadoras domésticas como sujeitos políticos, especialmente nos anos 1980 (SADER, 1988), embora o alcance dos sindicatos na categoria pareça maior nos grandes centros urbanos com maior tradição de luta sindical operária, considerando a inexistência ou menor recorrência deles nas cidades menores e nos rincões do país.

No entanto, a partilha de memórias nas famílias das trabalhadoras, como se vê na medida em que as narrativas trazem experiências de mães e avós, e, recentemente, o advento de páginas virtuais nestas temáticas, após a iniciativa de Preta Rara, mas também de outras, como "Ela é só a babá", da igualmente historiadora e babá Janaina Costa, ou a página "Vagas arrombadas", que se dedica a expor e denunciar anúncios problemáticos geralmente voltados ao contrato de trabalhadoras domésticas, parecem evocar e provocar uma resistência coletivizada, pela exposição e troca de memórias, a causar algum tipo de constrangimento sobre as reiteradas práticas patronais descritas.

Não temos os recursos teóricos suficientes aqui para avaliar o papel da memória compartilhada por elas, e pelas páginas virtuais, sobre os traumas que também compartilham, no exercício de fazer "ecoar as vozes", como sugere Conceição Evaristo (2008) e Preta Rara (2019), mas reconhecemos que a divulgação das situações particulares e recorrentes de exploração experimentadas pelas trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo, de privação de alimento ao racismo e abuso sexual, com práticas que remontam à escravidão de ontem e de hoje, podem servir de fonte/denúncia para enfrentarmos essa face perversa do país em nossos espaços e lugares de fala, seja na ciência, como na História Social do Trabalho, seja em casa.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, Flávia e Luis Felipe MIGUEL. **Gênero, raça, classe**: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, vol. 20, nº 2. Londrina, 2015, pp. 27-55.

BRASIL. Decreto Nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm Acessado em maio de 2021.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

FÓRUM Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **O trabalho infantil doméstico no Brasil**: Avaliação a partir dos microdados da PNAD/IBGE (2008-2011). Brasília, DF:2013, disponível em [https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O Trabalho Infantil Domestico no Brasil .pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O%20Trabalho%20Infantil%20Domestico%20no%20Brasil.pdf). Acessado em maio de 2021.

GOMES, Angela Maria de Castro, NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Trabalho escravo contemporâneo**: tempo presente e usos do passado, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**_(6 7), 1996, p. 67-82.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MULHER é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. Globoplay, Rio de Janeiro, 20/12/2020. Fantástico. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9128474/>>.

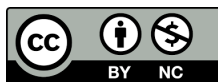
PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada, Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carla Cerrão. **Trabalho infantil doméstico**: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís. *Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009, 141 p.

Submetido em: 20/11/2021

Aprovado em: 29/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)